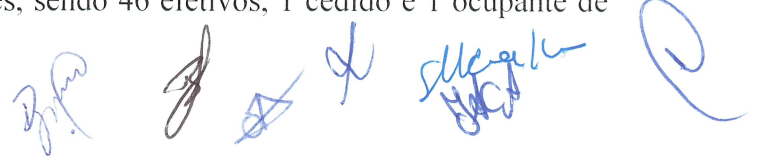


ATA DA 171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

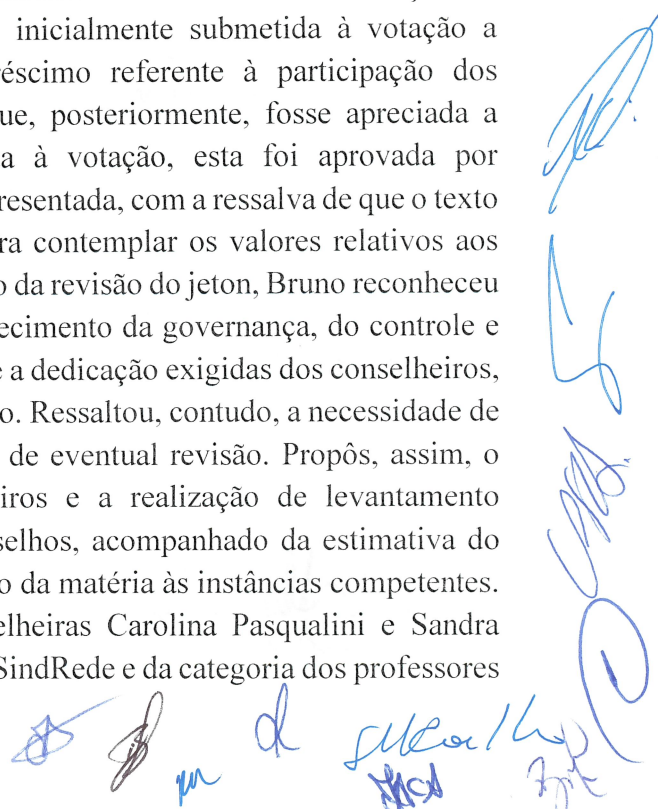
Aos trinta dias do mês de julho do ano de 2026, às 10h08min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes, além do presidente, os seguintes conselheiros: Afonso Nunes da Cruz Neto, Rômulo Soares Xavier, Guilherme Catunda Daltro, Breno Seroa da Motta, Roberta Hygino Roletti Zimmer, André de Freitas Martins, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino, Carolina Pasqualini Andrade e Sandra Maria Coelho. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Giselle dos Santos Rodrigues Martins, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias, e as servidoras Suely de Campos e Amanda Vieira. O Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes e informando a pauta do dia, a saber: 1) Aprovação das atas da reunião extraordinária e ordinária; 2) Aprovação PPAG; e 3) Informes. Dando início aos trabalhos, o presidente submeteu as atas da 3ª Reunião Extraordinária e 170ª Reunião Ordinária à apreciação dos conselheiros. Não havendo manifestações quanto aos seus conteúdos, as atas foram aprovadas por unanimidade e assinada pelos presentes. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Subsecretário de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, que, após cumprimentar os presentes, informou que o segundo item da pauta, referente a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2026-2029, com enfoque no Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2027, seria apresentado pela Diretora Central de Contas Previdenciárias, Giselle. Em seguida, passou-lhe a palavra. Iniciando sua apresentação, a Diretora expôs as premissas adotadas na elaboração das projeções constantes da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2026-2029, com enfoque no Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2027. Informou que as projeções de crescimento para os exercícios subsequentes foram elaboradas com base nas estimativas de inflação previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Federal, considerando os índices de 3,74% para 2027, 3,04% para 2028 e 3,00% para 2029. Esclareceu, ainda, que as projeções incorporam a variação nominal estimada das receitas e despesas, refletindo o crescimento vegetativo esperado e os índices de atualização para cada exercício. Por fim, destacou que em atendimento às normas contábeis aplicáveis aos RPPS, editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, os rendimentos das aplicações mantidas a vencimento (longo prazo) passaram a não ser reconhecidos como receitas orçamentárias do exercício (aumentam o patrimônio, mas não têm reflexo na receita orçamentária do ano, salvo quando viram disponibilidade financeira, de fato, como na liquidação de fundos, pagamento de cupom de NTN-B e no vencimento dos títulos públicos, por exemplo). Assim, foram considerados como receitas orçamentárias apenas os rendimentos com expectativa de efetivo ingresso financeiro, tais como os cupons das NTN-B, as estimativas foram elaboradas com base na expectativa de recebimento desses valores, atualizada pela projeção do IPCA para cada exercício. Na sequência, Giselle abordou as projeções orçamentárias do Fundo Financeiro (FUFIN) para o período de 2027 a 2029, contemplando as despesas, as receitas e os aportes necessários ao financiamento do Fundo. Informou que a despesa prevista para 2027 é de R\$



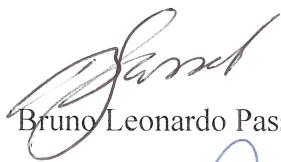
2.606.953.391,00, R\$ 2.855.556.692,00 para 2028 e R\$ 3.121.460.518,00 para 2029. Destacou os percentuais de crescimento da despesa previstos para o período, correspondentes a 11,1% em 2027, 9,5% em 2028 e 9,3% em 2029. Em relação às receitas previdenciárias, informou que a previsão para 2027 é de R\$ 871.539.299,00, R\$ 909.328.748,00 em 2028 e R\$ 947.044.010,00 em 2029. Ressaltou que os percentuais de crescimento projetados são de 3,9% em 2027, 4,3% em 2028 e 4,1% em 2029. Diante da diferença entre a evolução das receitas e das despesas, destacou a necessidade de manutenção dos aportes financeiros destinados ao Fundo Financeiro. Nesse contexto, informou que estão previstos aportes de R\$ 1.735.414.092,00 para 2027, R\$ 1.946.227.945,00 para 2028 e R\$ 2.174.416.508,00 para 2029, correspondentes a crescimentos de 15,1%, 12,1% e 11,7%, respectivamente. Dando continuidade, a Diretora passou às projeções orçamentárias do Fundo Previdenciário (BHPrev) para o período de 2027 a 2029. Informou que a despesa prevista para 2027 é de R\$ 41.388.657,00 para 2027, R\$ 63.270.549,00 para 2028 e R\$ 97.134.705,00 para 2029, correspondentes aos percentuais de crescimento indicados na projeção de 37%, 53% e 54%, respectivamente. Quanto às receitas, informou que a previsão para 2027 é de R\$ 1.102.312.321,00, R\$ 1.313.366.293,00 em 2028 e R\$ 1.571.650.544,00 em 2029. Destacou os percentuais de crescimento projetados de 22%, 19% e 20%, respectivamente. Na sequência, Giselle abordou as projeções da Taxa de Administração para o período de 2027 a 2029, contemplando o orçamento estimado, a reserva orçamentária e o respectivo teto anual. Informou que, para 2026, o valor estimado a realizar corresponde a R\$ 11.860.618,00, enquanto o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração totaliza R\$ 12.250.889,00. Para 2027, foi projetado orçamento de R\$ 13.170.858,00, acrescido de R\$ 658.543,00 de reserva orçamentária, perfazendo o teto de R\$ 13.829.401,00. Para 2028, o orçamento estimado é de R\$ 13.377.156,00, com reserva de R\$ 668.858,00, resultando no teto de R\$ 14.046.014,00. Para 2029, por sua vez, foi estimado orçamento de R\$ 13.976.930,00, acrescido de R\$ 698.847,00 de reserva orçamentária, totalizando o teto de R\$ 14.675.777,00. Em seguida, passou a abordar a composição dos recursos da Taxa de Administração, distribuídos entre despesas de custeio, investimentos e folha de ativos e contratados da SUPREV. As despesas de custeio foram estimadas em R\$ 2.947.640,00 para 2027, R\$ 3.052.599,00 para 2028 e R\$ 3.150.246,00 para 2029, sendo que a previsão para 2027 representa crescimento de 4,44% em relação ao valor estimado para realização em 2026. Quanto aos investimentos destinados ao novo Portal do Segurado e ao sistema de gestão previdenciária, foram previstos R\$ 922.807,00 para 2027, R\$ 539.272,00 para 2028 e R\$ 550.863,00 para 2029. Entre os investimentos previstos, destacou o montante de R\$ 758.728,08 destinado ao desenvolvimento e à implementação do novo Portal do Segurado, aplicativo e chatbot, como parte das ações de modernização dos serviços disponibilizados aos segurados. Em relação às despesas com pessoal, informou que a folha de ativos e contratados da Suprev foi estimada em R\$ 9.300.411,00 para 2027, R\$ 9.785.285,00 para 2028 e R\$ 10.275.821,00 para 2029, representando, em 2027, crescimento de 5,01% em relação ao valor estimado para realização em 2026. Especificamente quanto à folha de contratados, informou que foi prevista a quantia de R\$ 1.416.101,00 para 2027, considerando o quadro atual de 25 profissionais, composto por 22 assistentes de apoio, 1 contador, 1 analista de sistemas e 1 analista social. Quanto à folha de ativos da Suprev, estimada em R\$ 7.884.310,00 para o mesmo exercício, foi considerado o quadro atual de 48 servidores, sendo 46 efetivos, 1 cedido e 1 ocupante de



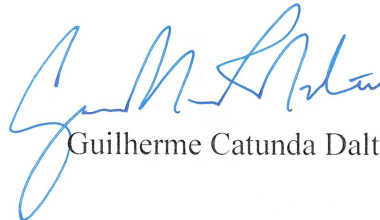
cargo em comissão. Por fim, esclareceu que os integrantes da Diretoria de Gestão da Saúde do Segurado (DGSA) não estão contemplados na projeção da folha de ativos. Embora a DGSA integre a estrutura da Suprev, suas despesas são custeadas com recursos do Tesouro Municipal, por não exercer funções previdenciárias, conforme disposto no § 2º do art. 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Findada a apresentação, foi aberto espaço para manifestação dos Conselheiros. Em relação à taxa de administração, o Conselheiro André Martins destacou dois pontos para discussão: a previsão de recursos destinados à capacitação dos conselheiros e a revisão do valor da gratificação pela participação no Conselho. Quanto à capacitação dos conselheiros, lembrou que, em discussão realizada anteriormente, havia sido apontada a necessidade de previsão de recursos específicos para essa finalidade, tendo ficado estabelecido que a matéria seria posteriormente submetida ao Conselho. O Conselheiro Eymard ressaltou a importância da capacitação continuada, especialmente diante da crescente complexidade da gestão previdenciária e da necessidade de atualização em temas como investimentos, governança, controle e transparência, sugerindo a previsão de recursos para participação dos conselheiros em cursos, eventos e congressos, sem prejuízo da capacitação da equipe da SUPREV. Giselle esclareceu que a previsão orçamentária para capacitação estava compatível com o histórico de despesas dos exercícios anteriores e que, ao longo da execução, outras necessidades poderiam ser avaliadas, conforme a disponibilidade orçamentária. Ponderou que não seria possível, naquele momento, estimar valor específico para a capacitação dos conselheiros, pois seria necessário definir previamente os eventos, modalidades, número de participantes e respectivos custos. O Subsecretário Gleison propôs, então, a manutenção da previsão nos parâmetros históricos, com a inclusão de vagas adicionais para os conselheiros nos eventos já previstos, sem prejuízo das vagas destinadas à equipe. Na sequência, foi discutida a revisão do valor do jeton. Os Conselheiros André Martins e Eymard destacaram a defasagem do valor atualmente praticado em comparação com os valores pagos a membros de conselhos de administração de outras Órgãos da PBH, considerando, ainda, o aumento da complexidade e da carga de trabalho do Conselho, decorrente da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias e do volume e complexidade dos assuntos submetidos à deliberação. O Presidente do Conselho, Bruno, propôs que fosse inicialmente submetida à votação a proposta relativa ao PPAG, contemplando o acréscimo referente à participação dos conselheiros em atividades de capacitação, para que, posteriormente, fosse apreciada a revisão do valor do jeton. Submetida a proposta à votação, esta foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes, na forma apresentada, com a ressalva de que o texto final e a planilha orçamentária seriam ajustados para contemplar os valores relativos aos cursos solicitados pelo Conselho. Retomada a questão da revisão do jeton, Bruno reconheceu os argumentos apresentados e ressaltou que o fortalecimento da governança, do controle e da transparência tem ampliado as responsabilidades e a dedicação exigidas dos conselheiros, reforçando a importância de sua adequada valorização. Ressaltou, contudo, a necessidade de considerar os impactos financeiros e orçamentários de eventual revisão. Propôs, assim, o registro da manifestação individual dos conselheiros e a realização de levantamento comparativo dos valores praticados em outros conselhos, acompanhado da estimativa do impacto financeiro, para subsidiar o encaminhamento da matéria às instâncias competentes. Aberta a manifestação dos conselheiros, as Conselheiras Carolina Pasqualini e Sandra Coelho abstiveram-se, justificando que a posição do SindRede e da categoria dos professores

The block contains several handwritten signatures in blue ink, located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals, likely the signatories mentioned in the text or other participants in the meeting.

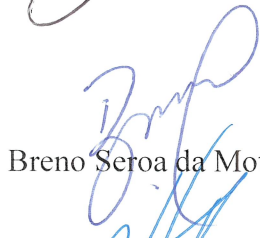
é contrária ao recebimento de jeton pela participação em conselhos. Os demais conselheiros presentes manifestaram-se favoravelmente à proposta de revisão. Ficou acordada a elaboração dos estudos necessários para subsidiar o posterior encaminhamento da matéria ao Prefeito e às demais instâncias competentes. Encerradas as discussões, passou-se ao último item da pauta, referente aos informes. Suely informou que a página da Suprev se encontrava em processo de reorganização e atualização de suas informações, razão pela qual alguns documentos poderiam permanecer temporariamente indisponíveis. Esclareceu que os conteúdos seriam gradualmente disponibilizados após a conclusão dos ajustes. Em seguida, Gleison comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrerá no dia 27 de agosto de 2026, às 10h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 10h36min. Eu, Suely (Suely de Campos), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos presentes



Bruno Leonardo Passeli



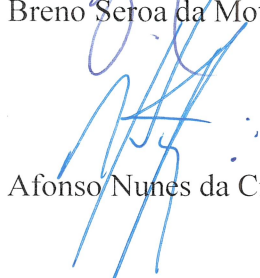
Guilherme Catunda Daltro



Breno Seroa da Motta



Roberta Hygino Roletti Zimmer



Afonso Nunes da Cruz Neto

Rômulo Soares Xavier



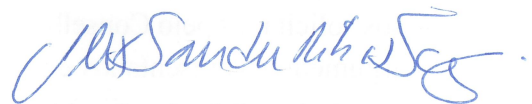
André de Freitas Martins



Carolina Pasqualini Andrade



Eymard Bento Júnior



Alex Sander Ribas de Souza



Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino



Sandra Maria Coelho